

XXII Encontro APHES – Universidade de Aveiro – 15 e 16 de Novembro de 2002:

“Empresas e Instituições em perspectiva histórica”

Sessão: *Os corpos de mão morta enquanto instituições financeiras e de investimento – perspectiva histórica*

**RESUMOS:**

*Gestão patrimonial e estruturas creditícias: rumos e directrizes em duas instituições: a Misericórdia de Aveiro e o Convento de Freiras Carmelitas de Aveiro, no século XVIII*

Inês Amorim – [rdd39453@mail.telepac.pt](mailto:rdd39453@mail.telepac.pt); [iamorim@letras.up.pt](mailto:iamorim@letras.up.pt)

(Instituto de História Moderna da Universidade do Porto)

(Departamento de História/Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

Via Panorâmica s/n/ 4150-564 Porto

Considerar as Misericórdias ou Instituições Monásticas como empresas não será anacrónico. Constituíram, de diferentes formas, um património considerável, de natureza similar ou não. Como tal, poderão ser observadas segundo parâmetros que se aplicam a qualquer empresa: dimensão, modo de organização desse património, regime jurídico e função económica.

Nesta perspectiva, o crédito apresenta-se, a nosso ver, como uma forma de gerir/organizar esse mesmo património, não obstante as contradições aparentes em torno do conceito de juro/usura entre os séculos XVI e XVIII, contradições que nada têm de inocente. A face mais visível desta contradição é o papel duplo desempenhado pelas Misericórdias e confrarias em geral: por um lado associavam irmãos que fizeram fortunas à volta de práticas de juro, encomendando missas pela sua salvação do Purgatório, por outro as próprias confrarias, para sustentação dos legados e capelas, praticavam o empréstimo. Assim as instituições religiosas e para-religiosas tornaram-se palco de práticas económicas dos homens do seu tempo.

É neste contexto que seleccionámos duas instituições fundamentais à cidade de Aveiro, mas cuja projecção ultrapassa o próprio âmbito espacial: a Misericórdia de Aveiro e o Convento das Carmelitas Descalças de Aveiro (ou S. João Evangelista). Descrevem relações de crédito e assumem estratégias diferentes (ligação a meios social, sócio-profissional e político diferentes). Para chegar a esta conclusão foi necessário focalizar o tema do crédito por uma outra óptica: examinar a perspectiva dos que emprestam e dos que se endividam, o que, mesmo tendo em conta as condições impostas pela administração pública e a escala do espaço histórico em causa, aponta para a prática do crédito privado não como um privilégio estatal ou urbano mas extensível a zonas rurais, graças à oportunidade criada por estas instituições de mão-morta.